

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Juliana Faustino Veiga Neves

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS DA JUSTIÇA DO
TRABALHO SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Brasília
2013

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Tomás de Aquino Guimarães
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Prof. Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Coordenador Geral do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de
Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - noturno

Juliana Faustino Veiga Neves

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS DA JUSTIÇA DO
TRABALHO SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Mestre Edmilson Soares Campos

Linha de pesquisa Impactos da Contabilidade na Sociedade.

Área: Contabilidade, finanças e orçamento públicos.

Brasília, DF
2013

NEVES, Juliana Faustino Veiga

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS DA
JUSTIÇA DO TRABALHO SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Juliana Faustino Veiga Neves -- Brasília, 2013.

23. p.

Orientador (a): Prof. Mestre Edmilson Soares Campos

Trabalho de Conclusão de curso (Artigo - Graduação) – Universidade de
Brasília, 2º Semestre letivo de 2012.

Bibliografia.

1. Lei de Responsabilidade Fiscal 2. Gastos com pessoal 3. Relatório de Gestão
Fiscal.

I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de
Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II.
Título.

CDD –.

Juliana Faustino Veiga Neves

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS DA JUSTIÇA DO
TRABALHO SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
defendido e aprovado no Departamento de
Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade
de Economia, Administração e Contabilidade
da Universidade de Brasília como requisito à
conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências
Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte
comissão examinadora:

Prof. Mestre Edmilson Soares Campos
Orientador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

. Mestre Giovanni Pacelli Carvalho Lustosa da Costa
Examinador

Brasília, 07 de Março de 2013.

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

RESUMO

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu importantes condicionamentos aos gastos públicos, principalmente em relação aos gastos com a folha de pagamentos, que mereceu a devida evidência, pois seu contínuo crescimento estava ameaçando o equilíbrio das contas públicas e afastando investimentos em áreas sociais muito importantes. Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo estudar a evolução da participação das despesas com pessoal sobre a receita líquida da Justiça do Trabalho como também verificar se esta tem respeitado os limites de gastos com pessoal. O método utilizado foi a análise dos Relatórios de Gestão Fiscal dos 24 Tribunais Regionais e do Tribunal Superior, disponibilizados em suas páginas da internet. A partir do Relatório foram coletados e analisados os dados de 2000 a 2011, referentes à participação das despesas com pessoal sobre a receita corrente líquida e os limites prudenciais definidos pela Lei. Verificou-se que todos os Tribunais cumpriram com o limite estabelecido pela Lei e aqueles que publicaram o relatório desde a vigência da LRF, no ano seguinte apresentaram uma queda considerável na sua relação pessoal/receita. Outro ponto foi a falta de comprometimento dos Tribunais em publicar seus relatórios, pois cerca de 76% dos Tribunais do Trabalho deixaram de publicar ao menos um quadrimestre do RGF.

Palavras-chaves: Lei de Responsabilidade Fiscal. Gastos com Pessoal. Relatório de Gestão Fiscal.

1. INTRODUÇÃO

Até pouco tempo atrás, a administração das finanças públicas brasileira foi marcada por sérios desajustes fiscais, isto é, os gastos eram muito maiores que a arrecadação das receitas.

A sociedade exigia reformas que estabelecessem regras para uma melhor gestão do dinheiro público. Neste contexto, na Constituição Federal de 1988, o legislador definiu que a regulação das finanças e da dívida pública seria estabelecida através de Lei Complementar (art. 163 da CF). Foi então que em 04 de Maio de 2000, foi sancionada a Lei Complementar nº 101, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Um dos objetivos da LRF era a criação de um modelo responsável e transparente de gestão financeira.

De acordo com Toledo Junior e Rossi (2002), a LRF tinha um enfoque monetarista, isto é, o controle dos gastos e do endividamento. Segundo os autores, sob esse ponto de vista, tanto o déficit quanto a dívida pública causavam inflação. Isso ocorria, pois o Estado emitia moeda e se valia de empréstimos e financiamentos para cobrir seus excessos de gastos sobre o que se arrecadava. A emissão de moeda acabava por aumentar os preços e as operações de crédito (lançamento de títulos) elevava os juros, o que também provocava o aumento nos preços.

O ambiente de concepção da Lei de Responsabilidade Fiscal foi pautado em um governo sem uma efetiva fiscalização financeira e com uma dívida pública que crescia de forma desenfreada. Buscando alcançar um melhor uso dos recursos previstos no orçamento e

uma maior transparência, a LRF se preocupou em estabelecer orientações para uma boa gestão, como também limites e adoção de medidas no caso de seu descumprimento, principalmente no que se refere ao aumento da dívida e de despesas, e da geração de déficit. Além também de procurar assegurar a transparência, por meio da divulgação de relatórios e demonstrativos para o acesso público.

Entre as despesas governamentais, a despesa com pessoal, por seu caráter bastante expressivo nos três Poderes da União, dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal, mereceu a devida atenção pela LRF.

Nesse contexto, o peso dos salários dos servidores públicos sobre o orçamento, fez com que a LRF estabelecesse regras mais rígidas para gastos com pessoal, antes que a máquina pública trabalhasse apenas para manutenção dessas despesas e deixasse de lado o atendimento de prioridades da população.

De acordo com levantamento feito em 2010 pelo site Contas Abertas, a maior média salarial, calculada pela despesa total dividida pelo número de servidores, é do Judiciário. Foi constatado nesse levantamento, que em média um servidor do Judiciário recebe R\$ 13.290, do Legislativo R\$ 12.516, enquanto do Executivo R\$ 5.599. (disponível em: <http://www.contasabertas.com.br/WebSite/Noticias/DetalheNoticias.aspX?Id=185,22/12/2012>)

Quanto à dotação autorizada pela Lei Orçamentária Anual para despesas com pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União, a Justiça do Trabalho, composta pelo Tribunal Superior do Trabalho e por 24 Tribunais Regionais, se destaca pela maior dotação aprovada para os órgãos judiciais federais.

Diante do exposto, o presente trabalho remete à seguinte questão de pesquisa: **de que forma comportou as despesas com pessoal sobre a receita corrente líquida dos Tribunais da Justiça do Trabalho no que se refere aos limites de gasto com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal?**

Destarte, o objetivo desta pesquisa é estudar a evolução da participação das despesas de pessoal sobre a receita corrente líquida dos Tribunais do Trabalho, bem como verificar se a Justiça do Trabalho tem respeitado os limites de gasto com pessoal, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O trabalho tem como objetivos específicos: analisar os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) publicados pelos Tribunais em suas páginas na internet; comparar os dados e informações dos Tribunais, esquematizando-os em gráficos para a visualização da evolução da relação pessoal/receita corrente líquida e estudar a LRF, enfatizando os itens que compõem o RGF.

O delineamento utilizado na primeira parte da pesquisa foi a busca de bibliografia especializada para a melhor compreensão do assunto estudado. Posteriormente foram analisados os Relatórios de Gestão Fiscal da Justiça do Trabalho, o demonstrativo de despesa com pessoal em especial, durante o período de 2000 a 2011, tendo em vista verificar o cumprimento desta Justiça em relação aos limites de pessoal e a evolução da participação desses gastos sobre a receita.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), importante diploma de direito financeiro, propõe um padrão de administração fiscal e financeira responsável e para alcançar tal propósito, impõe limites e metas para os órgãos e Poderes, além de exigir dos mesmos, a

prestação de contas sobre quanto e como despendem os recursos, requerendo uma maior transparência nas informações como também um planejamento mais efetivo.

Criada em cumprimento ao artigo 163 da Constituição Federal, a LRF tem como principal objetivo estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, principalmente no que diz respeito ao controle de gastos e do excessivo endividamento.

O §1º do art.1º da LRF considera que para uma gestão pública responsável é necessário ferramentas, como o planejamento e a transparência, a fim de que sejam prevenidos desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

No que diz respeito ao planejamento, a LRF buscou unir a execução dos gastos a prévias projeções, através principalmente de instrumentos já previstos na Constituição, como: o Planejamento Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Ao considerar a transparência como um pressuposto da gestão fiscal responsável, a Lei de Responsabilidade Fiscal, procurou oferecer aos cidadãos a possibilidade de conhecerem melhor as contas públicas e avaliarem o compromisso dos agentes públicos com os recursos da população.

Nesse sentido afirmou Mileski (2003, p.109):

A transparência (...) é uma das principais inovações realizadas pela lei complementar 101/2000, com produção de importantes consequências na atividade financeira do Estado, que visa a estimular a participação e o controle popular sobre os atos do administrador público, especialmente os que envolvem a estruturação do sistema orçamentário.

Para incentivar a transparência das contas públicas, a Lei estabeleceu alguns mecanismos como: a obrigatoriedade na elaboração de relatórios fiscais e orçamentários, que sejam de acesso público e que tenham uma ampla divulgação, como, por exemplo, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; a participação popular na discussão e elaboração das leis orçamentárias; e a disponibilização das contas dos gestores, durante o exercício financeiro para consulta e apreciação.

Oliveira (2004) defende que a LRF não pode ser entendida como a Lei que irá solucionar todos os problemas morais da administração pública, prevenindo o mau uso dos recursos públicos. Segundo o autor, ela faz parte de um processo de melhoria do Estado que começou no início da década de 80, com a criação de sistemas informatizados como o SIAFI, as reformas administrativa e previdenciária, o saneamento e privatização dos bancos estaduais e os acordos de ajuste fiscal entre a União e os Estados e Municípios.

Nascimento e Debus (2002) em seu estudo fazem referência a experiências estrangeiras que influenciaram na elaboração da LRF, como: o Fiscal Responsibility Act, da Nova Zelândia; o Budget Enforcement Act, dos Estados Unidos, e o Tratado de Maastricht, da Comunidade Econômica Europeia.

Segundo Toledo Júnior e Rossi (2002, p. 9):

A Lei de Responsabilidade Fiscal inspirou-se no Tratado de Maastricht, da Comunidade Europeia, aquele que admite desvios fiscais desde que mantido o efetivo compromisso de ajuste. Tomou como modelo, ainda, a experiência norte-americana, especialmente quando exige a compensação da renúncia de receitas e das novas despesas obrigatórias de reprodução continuada. Já a transparência como instrumento de controle do erário é fruto da experiência neoliberal da Nova Zelândia; o Relatório de Gestão Fiscal, por exemplo, dela decorre (arts. 54 e 55).

2.2 Despesas com pessoal

Antes que a LRF regulamentasse a questão dos gastos com pessoal, outras legislações procuraram estabelecer mecanismos de controle. Na Constituição de 1967, as despesas dos entes com pessoal não poderiam ultrapassar o limite de 50% das receitas correntes. Em 1988,

a Constituição determinou que a partir de uma Lei Complementar fosse estabelecidos limites para as despesas com pessoal.

Foi então que em 1995 foi aprovada a Lei Complementar nº 82, conhecida como Lei Camata. Essa Lei definia limites para gastos com pessoal em relação à receita corrente, no valor de 60% para todos os entes. Em 1999, a Lei Complementar nº 96, Lei Rita Camata II, também estabeleceu limites para pessoal, sendo 50% para a União e 60% para os Estados, Distrito Federal e municípios, além de ter desenvolvido o conceito de receita corrente líquida.

A LRF inovou em relação às legislações anteriores ao estabelecer que os Poderes Legislativo e Judiciário estivessem sujeitos aos limites de gastos com pessoal, o que antes não estava previsto, e quando também estabeleceu formas de controles e sanções no seu descumprimento.

Conforme disposto no artigo 18 da LRF, a despesa total com pessoal compreende:

- Os vencimentos e os salários dos ativos, os proventos dos inativos e pensionistas, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza;
- Os encargos sociais que a Administração como empregadora deve recolher;
- O total gasto com a terceirização de mão de obra que substitua os servidores públicos. O serviço terceirizado que não tenha tal finalidade é classificado como outras despesas correntes.

É importante ressaltar que segundo os estudiosos, a despesa de caráter indenizatório, como por exemplo, a ajuda de custo e vale-alimentação, não integra o conceito de despesa com pessoal, pois sua definição inclui apenas as espécies remuneratórias, excluindo as de compensação.

De acordo com Quintiere (2002), a LRF criou a chamada Restrição Orçamentária, pela qual a administração só deve realizar despesas que tenham receita disponível, poupando um desequilíbrio nas contas públicas e um endividamento desnecessário.

2.2.1 Despesas com Pessoal no Relatório de Gestão Fiscal

A contabilização dos gastos com pessoal é feita para um período de doze meses, sendo que a despesa é apurada no mês de referência e nos onze meses anteriores, respeitando o regime de competência. Para fins de elaboração do Relatório de Gestão Fiscal (Demonstrativo de Gastos com Pessoal), todo quadrimestre a despesa com pessoal deve ser apurada, sendo que os dois primeiros quadrimestres envolverão dois exercícios financeiros e o último quadrimestre do ano apresentará as despesas unificadas do exercício em questão.

Conforme o § 1º do art. 19, é necessário realizar algumas deduções para orçar as despesas com pessoal sobre a receita corrente líquida. Entre as quais, destacam-se as seguintes: indenização por demissão de servidores ou empregados; incentivos à demissão voluntária; despesas decorrentes de decisão judicial de competência de período anterior ao da apuração dos gastos com pessoal; despesas com inativos não financiadas diretamente pelo orçamento do ente; despesas de exercícios anteriores; despesas com convocação extraordinária do Poder Legislativo; despesas do DF, AP e RR custeadas pela União.

O resultado da diferença entre as despesas totais com pessoal (despesas com pessoal e outras despesas com pessoal) e as deduções mencionadas acima, é chamado de despesas líquidas com pessoal, sendo esta utilizada no cálculo do limite de gastos com pessoal.

2.2.2 Limites para despesas com pessoal

Nos artigos 19 e 20, a LRF estabelece os limites máximos de gastos com pessoal que devem ser respeitados pelos Poderes de cada ente federado. De acordo com a Lei, entende-se também como Estado, o Distrito Federal. Porém, o Tribunal de Contas do Distrito Federal e a Câmara Legislativa enquadraram o Distrito Federal nos percentuais estabelecidos pela LRF para os municípios.

A divisão desses limites pode ser observada na tabela abaixo, que apresenta os valores em porcentagem sobre a Receita Corrente Líquida:

Tabela 1: Divisão dos Limites máximos de gasto com pessoal.

Ente	Poder Executivo	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Total sobre a RCL
União	40,9	2,5	6,0	0,6	50,0
Estados	49,0	3,0	6,0	2,0	60,0
Municípios	54,0	6,0	-	-	60,0

Fonte: BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Além de ter estabelecido limites para os entes da federação, a LRF também dividiu esses limites entre os Poderes e órgãos. Foi fixado o prazo de até dois quadrimestres para recondução ao limite no caso de descumprimento, conforme prevê os artigos 20 e 23.

A divisão dos limites para os Poderes Judiciário e Legislativo foi feita de acordo com o disposto no § 1º, art.20:

Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar.

Além dos limites máximos a LRF também estabeleceu outros limites: limite de alerta e limite prudencial. O primeiro corresponde a 90% do limite máximo e na situação em que o mesmo não for respeitado, os Tribunais de Contas deverão alertar ao órgão ou Poder o ocorrido. O segundo corresponde a 95% do limite máximo e caso se exceda esse limite, o órgão ou Poder deve iniciar procedimentos de controle da despesa, não podendo: conceder vantagem, aumento, reajuste (apenas por determinação legal, judicial ou contratual), criar cargos, empregos ou funções, admitir pessoal, contratar hora extra, entre outros, conforme dispõe o artigo 22 da LRF.

Segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais (2012, p.538) no caso que:

A Despesa Total com Pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar o limite máximo, sem prejuízo das medidas restritivas previstas, o percentual excedente, terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências a seguir:

- Redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargo em comissão e funções de confiança, podendo ser alcançada pela extinção de cargos e funções;
- Exoneração dos servidores não estáveis
- Possibilidade de o servidor estável perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou atividade administrativa objeto da redução de pessoal, se as medidas adotadas anteriormente não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação de eliminação do excedente.

Caso os limites de gastos com pessoal não forem alcançados no prazo instituído, e enquanto persistir o excesso, o § 3º do art. 23 da LRF, determina algumas sanções:

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I – receber transferências voluntárias;

II – obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III – contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

2.3 Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida (RCL) tem um papel muito importante, pois sobre ela é que serão calculados os limites estabelecidos pela LRF, como por exemplo, os gastos com pessoal, a dívida consolidada, a reserva de contingência, entre outros. No artigo 2º da Lei, a RCL é definida como:

IV- receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

- a) Na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea “a” do inciso I e no inciso II do art.195, e no art. 239 da Constituição;
- b) Nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;
- c) Na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (2012), para o cálculo da Receita Corrente Líquida devem ser deduzidos da Receita Corrente: as Transferências Legais e Constitucionais, como por exemplo, as transferências de impostos arrecadados pela União e repartidos com os Estados e Municípios; a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social (referente apenas ao demonstrativo da União); Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência, no caso da contribuição patronal, ao contrário da contribuição do servidor, não compõe mais a RCL, não havendo necessidade de nenhuma dedução; Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência; Contribuição para o Custeio das Pensões Militares; as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

2.4 Relatório de Gestão Fiscal

Entre os instrumentos de transparência da gestão fiscal previstos no art. 48 da LRF, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), destaca-se como documento que demonstra o cumprimento pelo Poder ou órgão, quanto aos limites e critérios da responsabilidade fiscal, em relação: ao montante da dívida, a despesa com pessoal, as operações de crédito, entre outros.

Nascimento e Debus (2002) ressaltam que o Relatório de Gestão Fiscal ocupa um lugar de destaque quando a questão é o monitoramento das atividades financeiras do Estado.

O Relatório de Gestão Fiscal deve incluir demonstrativos de gastos com pessoal (LRF, art.55, I, a); dívida consolidada (LRF, art.55, I, b); concessão de garantias e contragarantias (LRF, art. 55, I, c, e art.40, § 1º); operações de crédito (LRF, art. 55, I, d) e demonstrativos de limites (LRF, art.54).

No último quadrimestre devem-se acrescentar demonstrativos do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro (LRF, art.55, III, a); das inscrições em

restos a pagar das despesas liquidadas, das empenhada e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa e das não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram liquidados (LRF, art.55, III, b). Até 2003, também fazia parte do RGF, o demonstrativo de despesa com serviços de terceiros.

A LRF estabeleceu que o relatório deve ser publicado e disponibilizado ao acesso público, inclusive nos meios eletrônicos, trinta dias após o encerramento do período a que corresponder. Como o RGF é feito quadrimestralmente, o prazo para o primeiro quadrimestre é até 30 de maio, o segundo para 30 de setembro e o terceiro em 30 de janeiro do ano subsequente ao de referência.

Nos casos em que o relatório não for divulgado nos prazos e nas condições estabelecidas pela Lei, o agente responsável será punido com uma multa de 30% sobre seus vencimentos anuais (Lei nº 10.028/2000, art. 5º, inciso I e § 1º). Também é previsto no art. 51, § 2º da LRF que:

Art. 51 (...) § 2º O descumprimento dos prazos previstos neste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

A próxima seção tratará dos procedimentos utilizados pela pesquisa.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma análise teórica e documental. Teórica, pois em um primeiro momento, buscou-se reunir bibliografias sobre o objeto de pesquisa, a Lei de Responsabilidade Fiscal e alguns de seus principais dispositivos, como a despesa com pessoal, a receita corrente líquida e o relatório de gestão fiscal. O material consultado foi a própria Lei, bem como artigos científicos e livros sobre o assunto.

Posteriormente, buscando verificar se a Justiça do Trabalho tem cumprido os limites de gastos com pessoal estabelecidos pela LRF, foram acessados os portais dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, que representam a população, para obter os dados referentes aos gastos com pessoal, contidos nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF). Nos sítios da maioria dos Tribunais, não houve dificuldade para acessar os Relatórios, que se encontravam principalmente nos ícones de “Transparência” e “Contas Públicas”.

A partir do RGF foram coletados os dados referentes à participação das despesas com pessoal sobre a receita corrente líquida e ao limite prudencial definido pela Lei, no período de 2000 a 2011. O período de estudo não compreendeu o ano de 2012, pois o prazo para publicação do RGF desse ano era até 31 de janeiro de 2013, época que os dados já haviam sido coletados.

A Lei estabeleceu três limites: alerta, prudencial e máximo. No caso do limite de alerta, que corresponde a 90% do limite máximo, o órgão será apenas advertido ao atingir esse patamar. Entretanto, a partir do limite prudencial, que corresponde a 95% do limite máximo, serão tomadas atitudes restritivas em relação aos órgãos e Poderes.

A escolha pelo limite prudencial se deu justamente pelo fato de que se o mesmo não for respeitado e não houver nenhuma medida para reduzir as despesas nos dois quadrimestres seguintes, o órgão ou Poder, sofrerá com algumas medidas, como ficar impedido de admitir pessoal, contratar hora extra, criar cargos, entre outras.

Os dados extraídos do RGF foram tabulados em planilhas do Excel. A partir dessas planilhas, foram feitos gráficos para estudar a evolução da participação das despesas com pessoal sobre as receitas correntes líquidas. Para realizar a análise, os Tribunais foram divididos por regiões geográficas. No caso do Tribunal da 10ª Região, que é composto pelo

Distrito Federal e por Tocantins, considerou-se este fazendo parte da Região Centro-Oeste, pois o estado de Tocantins é jurisdicionado pelo Tribunal com sede no Distrito Federal.

Os Tribunais foram divididos segundo a região geográfica, por acreditar ser adequado às análises e comparações, além do fato de que o território nacional foi dividido em regiões que levam em conta semelhanças econômicas, sociais, humanas e culturais.

É importante ressaltar que os Tribunais Regionais do Trabalho estão localizados nos 23 estados da Federação, sendo que no estado de São Paulo existem dois Regionais, um na capital e outro em Campinas. Da mesma forma que o TRT da 10ª Região, os estados do Acre, Roraima e Amapá são jurisdicionados pelos Tribunais com sede em Rondônia, Amazonas e Pará, respectivamente.

Entre os demonstrativos do RGF, o utilizado nesse trabalho foi o de gastos com pessoal, conforme modelo presente no anexo 1 do trabalho.

4. RESULTADOS

4.1 Caracterização da Justiça do Trabalho

A Justiça do Trabalho, em 2011, estava assim composta: Tribunal Superior do Trabalho (TST), 24 Tribunais Regionais do Trabalho e 1.518 Varas do Trabalho, sendo 1.413 instaladas. Junto ao TST também funcionam a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Segundo dados do Relatório Geral da Justiça do Trabalho (RGJT), em 2011, esta Justiça apresentou um quadro de 3.867 cargos de magistrados e 40.860 de servidores, dos quais 3.829 e 38.693, respectivamente, encontravam-se providos.

Em 2011, a dotação disponibilizada a Justiça Trabalhista foi de R\$ 14.217.909.525,03, a maior dotação de todo o Judiciário Federal. Sendo que as despesas executadas somaram o valor de R\$ 14.078.294.957,14, o que correspondeu a 99,02% do total da dotação disponibilizada.

Do total da dotação da Justiça do Trabalho, cerca de 70% corresponde a despesas destinadas a sua manutenção e atuação. O restante, 30%, destina-se ao pagamento de benefícios previdenciários de responsabilidade da União (previdência dos inativos e pensionistas da União) e ao repasse de créditos aos empregados públicos beneficiados com sentenças judiciais trabalhistas.

De acordo com o RGJT de 2011, a Justiça do Trabalho despendeu 78,02% de sua dotação orçamentária com pessoal e 10,25% com precatórios e requisições de pequeno valor dos empregados públicos, que são pagos com recursos recebidos da descentralização externa de créditos (destaque). Além disso, as despesas com pessoal da Justiça Trabalhista consumiram cerca de 49% de todo o dispêndio do Judiciário da União com servidores e magistrados.

Tendo em vista a volumosa participação da folha de pagamentos da Justiça do Trabalho sobre o orçamento com pessoal do Judiciário Federal, a presente pesquisa avaliará se a mesma cumpriu com os limites de despesas com pessoal previsto na LRF, bem como a evolução desses limites no período de 2000 a 2011.

É importante ressaltar que nem todos os Tribunais publicaram o Relatório de Gestão Fiscal (documento que demonstra o cumprimento do órgão quanto aos limites) desde a vigência da LRF, no ano de 2000. Como também um número expressivo de Tribunais não publicou o relatório nos três quadrimestres, deixando de publicar principalmente o 3º quadrimestre e publicando apenas o 1º e/ou 2º quadrimestre. Quando não publicavam o 3º quadrimestre, no qual as despesas do exercício em questão são unificadas e não envolvem

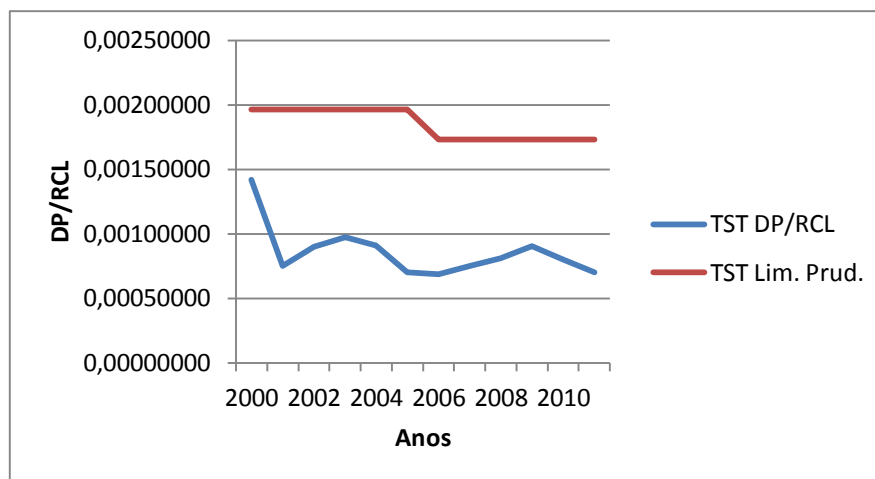
exercícios anteriores como no caso dos outros quadrimestres, não foi possível verificar o limite que o órgão atingiu naquele ano.

Nas próximas seções serão analisados se os Tribunais cumpriram com os limites de gastos bem com a evolução desses limites. Para tanto, os Tribunais foram divididos segundo a divisão geográfica do território nacional, exceto o Tribunal Superior do Trabalho que tem jurisdição em todo território nacional. Na análise serão utilizados gráficos para melhor estudar os Tribunais.

4.2 Tribunal Superior do Trabalho

Para visualizar se o Tribunal Superior do Trabalho cumpriu com os limites de gastos com pessoal e a evolução desses limites, foi elaborado o gráfico 1 a seguir, onde é apresentada a participação da despesa com pessoal sobre a receita corrente líquida (DP/RCL):

Gráfico 1: Tribunal Superior do Trabalho



Fonte: dados da pesquisa

Conforme depreende do gráfico, o limite do TST está bem abaixo do limite prudencial previsto pela Lei.

Em relação ao limite prudencial é importante lembrar que no ano de 2005, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 5 que estabeleceu novos limites de despesa com pessoal para o Judiciário. Neste ano, comparado ao ano anterior, a mudança no limite prudencial do Tribunal foi quase imperceptível.

Porém no ano de 2006, com a Resolução nº 26, os limites definidos pela Resolução nº 5 foram alterados ligeiramente. Conforme se visualiza no gráfico, o limite prudencial em 2006 teve uma leve redução em relação ao ano de 2005, diminuindo em 12%, como podemos ver no apêndice B.

Analisando a evolução do quociente despesa com pessoal (DP) sobre receita corrente líquida (RCL), nota-se que no ano 2001, um ano após a LRF ter entrado em vigor, o quociente DP/RCL do Tribunal reduziu consideravelmente, a maior queda no período, aproximadamente 47%. Essa redução pode ser explicada pelo fato de que os gastos com pessoal neste ano reduziram muito mais que o aumento da receita corrente líquida.

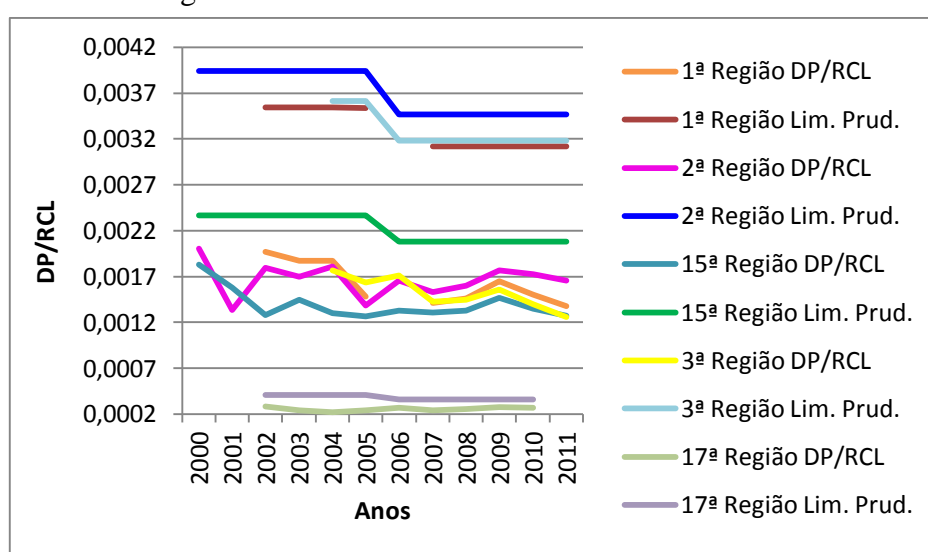
Nos anos de 2002 e 2003 esse quociente voltou a crescer, devido ao aumento da despesa com pessoal ter sido maior que o aumento da receita. Porém no período de 2004 a 2006 a relação diminuiu, pois o aumento na RCL foi maior que o de despesas com pessoal, ressalvando que no ano de 2005 os gastos com pessoal diminuíram em relação ao ano anterior.

Nos anos de 2007 a 2009 houve um aumento na relação DP/RCL isso ocorreu, pois o incremento da folha de pagamento foi maior que o aumento nas receitas, destacando que no ano de 2009, o aumento da folha de pagamentos, em percentual e em valores nominais, foi mais de cinco vezes maior que o aumento nas receitas. Entre os anos de 2010 a 2011, a folha cresceu um pouco no ano de 2010 e reduziu em 2011, enquanto as receitas tiveram um aumento considerável, como mostra a queda na linha do gráfico.

4.3 Tribunais da Região Sudeste

A Região Sudeste é formada pelos seguintes Tribunais: TRT 1ª Região (Rio de Janeiro); TRT 2ª Região (São Paulo); TRT 3ª Região (Minas Gerais); TRT 15ª Região (Campinas-SP) e TRT 17ª Região (Espírito Santo).

Gráfico 2: Região Sudeste



Fonte: dados da pesquisa

Conforme o gráfico 2 a maioria dos Tribunais da Região Sudeste respeitaram os limites previstos pela Lei com certa folga. No entanto, verificou-se que no TRT da 17ª Região, no Espírito Santo, a diferença entre o limite prudencial e a relação DP/RCL diminuiu com o passar do tempo, o que pode representar uma situação de alerta para este órgão. Conforme podemos ver no gráfico, foi em 2009 que o Tribunal chegou mais perto do limite prudencial. É importante ressaltar que o TRT da 17ª Região não publicou em sua página na Internet, os dados do RGF referentes ao 3º quadrimestre de 2011, que unifica as informações do ano em questão, o que impossibilitou verificar se no último ano de estudo o órgão cumpriu ou não o limite.

O Tribunal com a maior folga entre o limite prudencial e a relação DP/RCL é o Tribunal de São Paulo e o com a menor é o do Espírito Santo. Talvez uma possível explicação para esse fato, seja que quando a LRF distribuiu os limites de forma proporcional à média das despesas dos três anos que antecederam a edição da Lei (1997, 1998 e 1999), o Tribunal de São Paulo poderia estar mais bem estruturado que o do Espírito Santo e este veio a expandir apenas após a edição da Lei.

A falha na linha do gráfico significa que o Tribunal não publicou o RGF do 3º quadrimestre, que no caso seria o Tribunal do Rio de Janeiro que no ano de 2006 publicou apenas o 1º quadrimestre e o Tribunal do Espírito Santo que publicou apenas o 1º e 2º quadrimestre de 2011.

Em relação a evolução do limite DP/RCL, a maior queda, como mostra o gráfico, foi no ano de 2001, um ano após a vigência da LRF, quando o Tribunal de São Paulo reduziu cerca de 33% de seu limite em relação ao ano anterior. Isso ocorreu, pois as despesas com pessoal reduziram mais que o aumento da RCL. Porém, no ano seguinte o Tribunal aumentou consideravelmente seu limite, principalmente devido ao forte aumento nas despesas com pessoal, que tiveram um aumento, em percentual, de três vezes mais que o aumento da RCL.

O Tribunal de Campinas, também em 2001 recuou em seu limite, mas ao contrário do de São Paulo, no ano seguinte ele reduziu ainda mais seu limite, variando pouco nos anos seguintes.

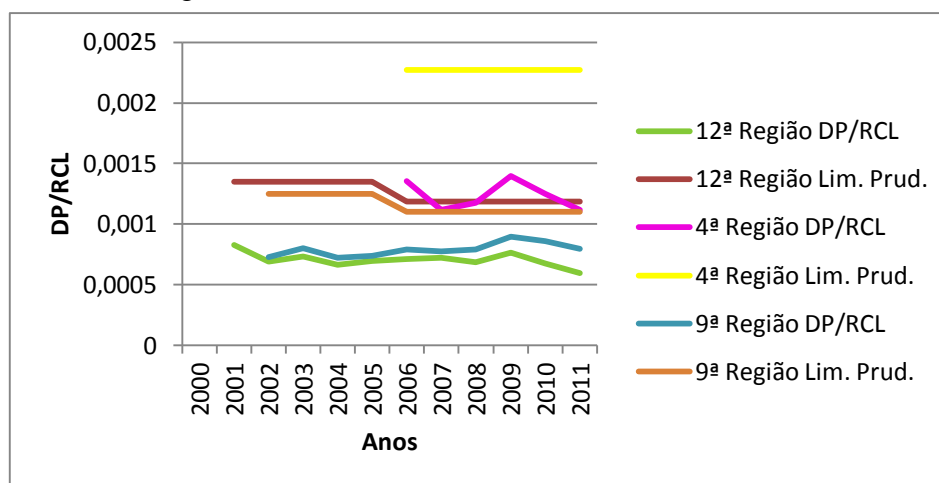
O Tribunal do Rio de Janeiro teve uma queda considerável em seu limite no ano de 2005, tendo uma redução de 21% com relação ao ano anterior. Essa diminuição no limite ocorreu, pois o aumento da receita nesse período foi muito maior que o aumento nos gastos com pessoal.

Os limites do Tribunal de Minas Gerais tiveram um comportamento “montanha-russa”. Em 2005 diminuiu, em 2006 aumentou, em 2007 teve uma considerável queda, em 2008 e 2009 cresceu um pouco, caindo novamente entre 2010 e 2011.

4.3 Tribunais da Região Sul

A Região Sul é formada pelos seguintes Tribunais: TRT 4ª Região (Rio Grande do Sul); TRT 9ª Região (Paraná) e TRT 12ª Região (Santa Catarina).

Gráfico 3: Região Sul



Fonte: dados da pesquisa

De acordo com o gráfico, durante o período de estudo, os Tribunais respeitaram o limite prudencial com certa folga. É importante destacar que o Tribunal da 4ª Região começou a publicar o RGF apenas a partir de 2006. O Tribunal da 9ª Região iniciou em 2000, porém no ano seguinte não publicou o 3º quadrimestre, não sendo possível verificar o limite do ano mencionado. O resultado do intervalo dessa não publicação fez com que o gráfico não conseguisse ler a informação do ano de 2000, que corresponderia a um ponto, iniciando apenas em 2002. E por fim a 12ª Região que começou a publicar o relatório em 2000, mas que neste ano em seu sítio só estava disponível o 2º quadrimestre, que fez com que a análise começasse a partir de 2001.

No Tribunal do Rio Grande do Sul, a relação da despesa com pessoal e RCL, somou uma redução maior que um aumento. Em 2007, o limite diminuiu consideravelmente, devido à redução nas despesas com pessoal neste ano, comparado com o ano anterior. Em 2008 e

2009 teve um crescimento de 5% e 19%, respectivamente. O aumento tão grande no ano de 2009 ocorreu porque as despesas com pessoal, em valores percentuais e nominais, cresceram cerca de 10 vezes mais que o incremento na RCL. Nos anos de 2010 e 2011, a relação despesa pessoal/RCL teve uma queda de 10,48% e 10,34%.

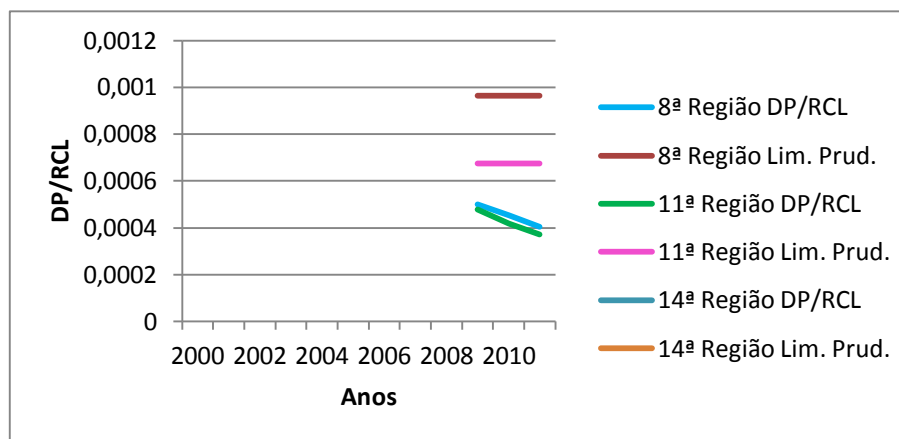
O Tribunal do Paraná, de 2002 a 2003 teve um aumento de quase 10% em seu limite. Em 2004 teve sua maior queda, voltando a crescer nos dois anos seguintes. Mas foi em 2009 que apresentou o maior crescimento. Neste ano, o aumento nos gastos, em valores percentuais e nominais, foi 40 vezes maior que o aumento das receitas. Nos anos seguintes, o limite voltou a cair. Em 2010, a folha de pagamento reduziu, em valores percentuais e nominais, duas vezes o valor que as receitas aumentaram, enquanto que em 2011, o aumento percebido nos gastos foi inferior ao aumento das receitas.

No Tribunal de Santa Catarina, a maior redução foi no ano de 2002, em que as despesas cresceram de forma insignificante, enquanto que a receita teve um aumento relevante. O maior crescimento no período foi em 2009, em que os gastos tiveram um aumento bem maior que as receitas.

4.4 Tribunais da Região Norte

A Região Norte é formada pelos seguintes Tribunais: TRT 8ª Região (Pará e Amapá); TRT 11ª Região (Roraima e Amazonas) e TRT 14ª Região (Acre e Rondônia). Os estados do Acre, Roraima e Amapá são jurisdicionados pelos Tribunais com sede em Rondônia, Amazonas e Pará, respectivamente. Como Tocantins é jurisdicionado pelo Tribunal com sede no Distrito Federal, ele foi considerado como fazendo parte da Região Centro-Oeste.

Gráfico 4: Região Norte



Fonte: dados da pesquisa

Tanto o Tribunal da 8ª Região quanto o da 11ª Região começaram a publicar o RGF em 2009. O TRT da 14ª Região começou em 2010 e como não publicou no ano seguinte, o gráfico não conseguiu interpretar só um ano de publicação.

Conforme o gráfico, os limites da 8ª e da 11ª Região estão bem parecidos, cabendo ressaltar que no período de estudo esses dois Tribunais apresentaram em seus relatórios a mesma soma nas receitas correntes líquidas, diferenciando apenas nos gastos com pessoal. No período analisado, a 8ª Região despendeu mais com pessoal, ou seja, ela teve uma maior participação de gastos sobre a receita que a 11ª Região. Conforme podemos visualizar no gráfico, sua linha encontra-se acima da 11ª Região. Nota-se também que a 8ª Região possui uma folga maior em relação ao seu limite prudencial.

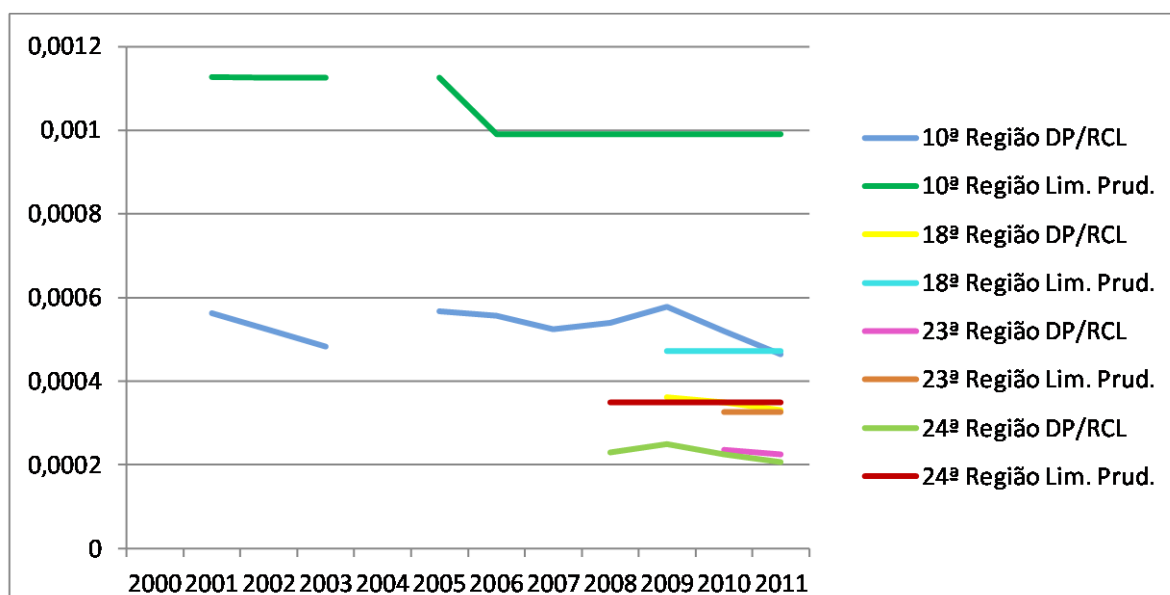
Os dois Tribunais apresentaram um comportamento decrescente em seus limites. Em ambos, no ano de 2010, o aumento nos gastos foi muito pequeno em comparação ao aumento das receitas, o que fez com que os seus limites diminuíssem em relação ao ano anterior. No ano de 2011, os gastos tiveram uma ligeira queda, enquanto as receitas continuaram a crescer, o que fez com que os limites dos Tribunais caíssem ainda mais.

4.5 Tribunais da Região Centro-Oeste

A Região Centro-Oeste é formada pelos seguintes Tribunais: TRT 10ª Região (Distrito Federal e Tocantins); TRT 18ª Região (Goiás); TRT 23ª Região (Mato Grosso) e TRT 24ª Região (Mato Grosso do Sul).

Antes de iniciar a análise gráfica é necessário deixar alguns pontos claros. Inicialmente, a falha na linha da 10ª Região, significa que em 2004, este órgão não publicou o RGF referente ao 3º quadrimestre, publicando apenas o do 1º. O Tribunal de Goiás começou a publicar o RGF em 2008, porém neste ano não publicou o demonstrativo de gastos com pessoal, fazendo com que a análise dos limites fosse realizada a partir de 2009.

Gráfico 5 : Região Centro-Oeste



Fonte: dados da pesquisa

Todos os Tribunais da Região Centro-Oeste respeitaram os limites prudenciais, mas quem se destacou foi o Tribunal da 10ª Região, que apresentou a maior diferença entre o limite previsto pela Lei e o seu limite de gastos com pessoal, conforme se visualiza no gráfico nas linhas verde e azul.

A relação DP/RCL do Tribunal da 18ª Região (linha amarela) apresentou valores muito próximos ao limite prudencial da 24ª Região (linha vermelha), que no gráfico acabam se confundindo.

A relação entre a folha de pagamento e as receitas do Tribunal da 10ª Região, no período em estudo, somaram mais quedas do que crescimento. O aumento na relação ocorreu apenas no período de 2003 a 2005 e de 2008 a 2009, pois nestes períodos o aumento nos gastos com pessoal foi superior ao aumento das receitas.

O Tribunal de Goiás no período analisado diminuiu a participação de suas despesas com pessoal sobre a RCL. Porém, nesse período, houve sim um aumento nos gastos com

peçoal, só que esse crescimento foi inferior ao crescimento das receitas, o que explica a queda na relação entre DP/RCL.

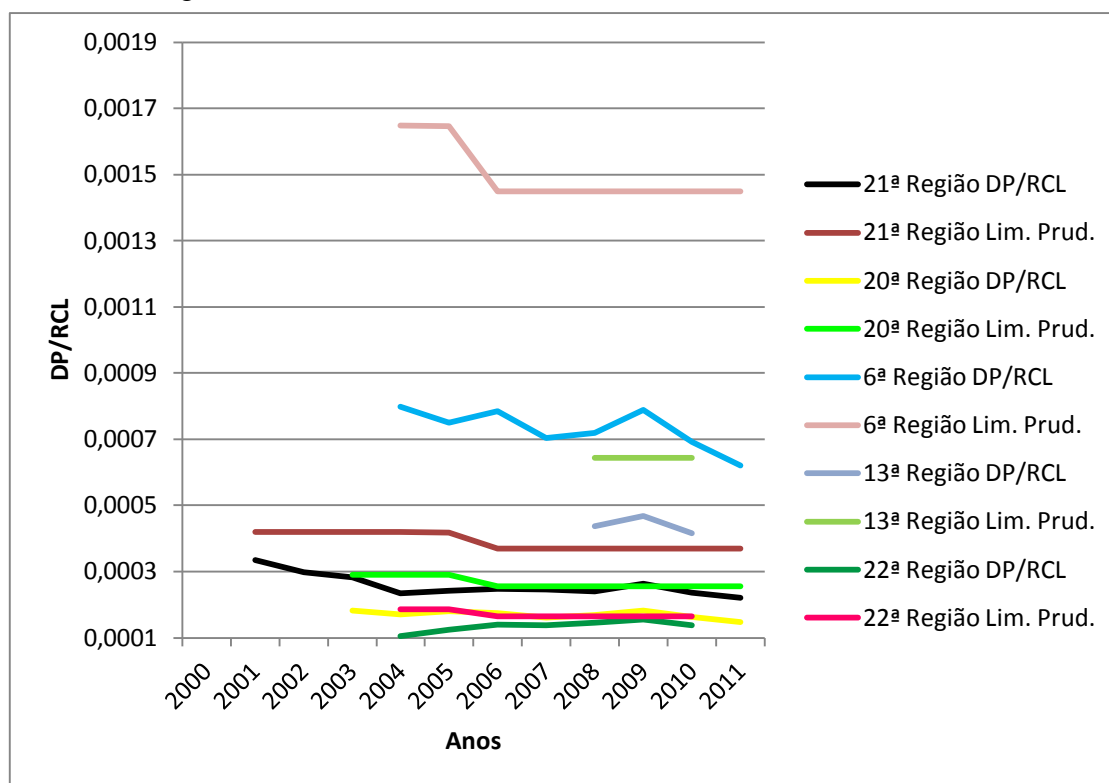
Os Tribunais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentaram valores de limites de gastos com pessoal muito próximo, isso ocorreu porque nesse período eles tiveram o mesmo montante de receita corrente líquida. E nesses dois anos, quem teve a maior participação de gastos sobre a receita foi o Tribunal de Mato Grosso, conforme podemos visualizar no gráfico.

4.6 Tribunais da Região Nordeste

A Região Nordeste é formada pelos seguintes Tribunais: TRT 5ª Região (Bahia); TRT 6ª Região (Pernambuco); TRT 7ª Região (Ceará); TRT 13ª Região (Paraíba); TRT 16ª Região (Maranhão); TRT 19ª Região (Alagoas); TRT 20ª Região (Sergipe); TRT 21ª Região (Rio Grande do Norte) e TRT 22ª Região (Piauí).

Os Tribunais da Região Nordeste, como são muitos, foram divididos em duas sub-regiões: a primeira é composta por uma maioria que publicou o RGF em todos os anos, como os Tribunais da 6ª, 20ª e 21ª Região, a exceção de dois Tribunais, o da 13ª e 22ª Região, que não publicaram o RGF do 3º quadrimestre, em 2011. A segunda é composta por Tribunais que não publicaram o Relatório em um ou mais anos, como o da 16ª, 19ª, 7ª e 5ª Região.

Gráfico 6: Região Nordeste



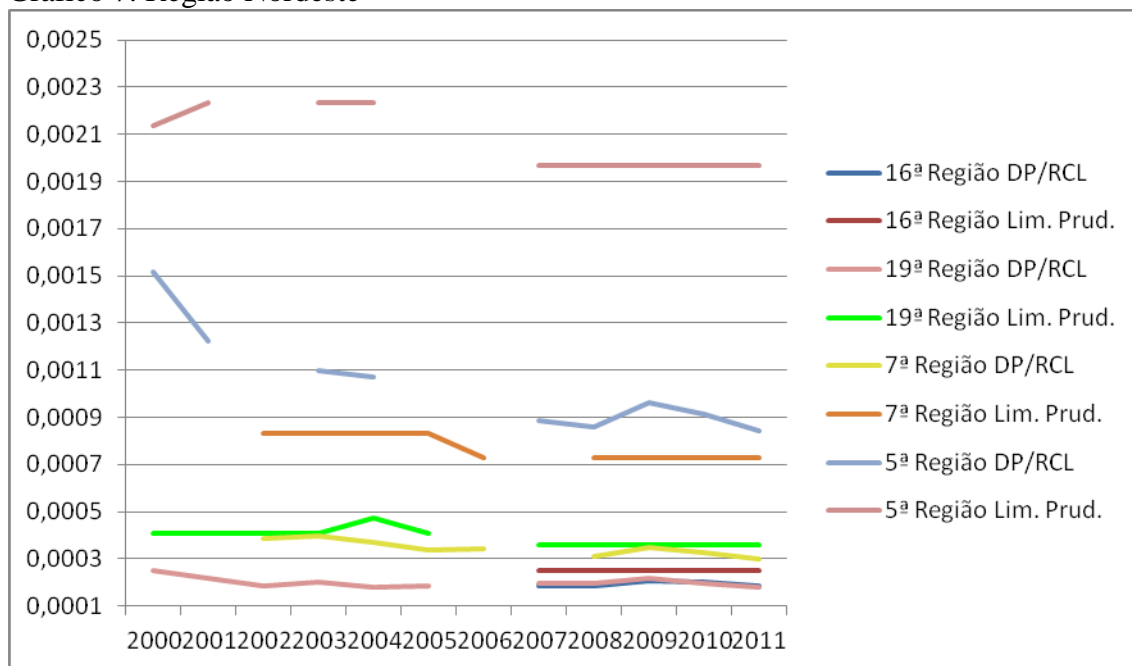
Fonte: dados da pesquisa

Conforme podemos visualizar no gráfico, todos os Tribunais cumpriram o limite prudencial, alguns com mais folga que outros. É o caso do Tribunal da 6ª Região, no qual seu limite prudencial correspondeu a quase duas vezes seu limite de gastos. Apesar da folga, o Tribunal também apresenta um maior comprometimento das receitas com os gastos com pessoal do que os outros Tribunais.

Em lado oposto encontra-se o Tribunal da 22ª Região, que apresentou limites bem próximos ao limite prudencial, apresentando um momento mais crítico em 2009, quando por pouco não alcança o limite prudencial. No entanto, no ano seguinte reduziu a relação DP/RCL. Essa redução neste ano ocorreu, pois apesar do pequeno aumento nos gastos, o aumento na receita corrente líquida foi bem maior. Em 2011, o Tribunal não publicou o 3º quadrimestre, impossibilitando verificar se houve uma redução ou não no limite deste ano.

A segunda sub-região é apresentada no gráfico abaixo:

Gráfico 7: Região Nordeste



Fonte: dados da pesquisa

Como podemos visualizar no gráfico, todos os Tribunais respeitaram o limite prudencial.

As quebras nas linhas do gráfico significam que o Tribunal não publicou no ano em questão o relatório do 3º quadrimestre. O Tribunal da 5ª Região não publicou nos anos 2002, 2005 e 2006. A 16ª Região começou a publicar o relatório em 2005, porém como em 2006 não publicou o 3º quadrimestre, o gráfico iniciou a leitura dos dados a partir de 2007. A 19ª Região também possui uma quebra em sua linha de limite, pois não publicou o referido relatório em 2006. E por último a 7ª Região que não publicou nos anos 2001 e 2007.

Em relação a 16ª Região seu quociente DP/RCL foi muito parecido ao da 19ª Região, dessa forma a linha do gráfico das duas regiões se sobreporão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante instrumento regulador das finanças públicas, a Lei de Responsabilidade Fiscal, surgiu com a finalidade de estabelecer regras de conduta e limites de gastos e endividamento, prestigiando a correção e a eficiência na administração pública e incentivando a atividade fiscalizatória por parte dos cidadãos.

Uma de suas principais contribuições foi o processo de abertura das contas públicas, que possibilitou ao cidadão acompanhar melhor como são despendidos os escassos recursos. Nesse sentido, a Lei procurou estabelecer mecanismos de transparência, como a

obrigatoriedade na elaboração de relatórios fiscais e orçamentários, com ampla divulgação nos meios de comunicação, inclusive internet.

Entre esses mecanismos, destaca-se o Relatório de Gestão Fiscal, apresentado ao final de cada quadrimestre, contendo importantes demonstrativos, como o de gastos com pessoal. A importância desse demonstrativo consiste no fato da folha de pagamentos de pessoal representar o principal item das despesas públicas.

Na Justiça do Trabalho essa situação não é diferente. Esse ramo do Judiciário chega a despendar quase 80% de sua dotação orçamentária com pessoal, o que não é uma situação das mais agradáveis, pois resta pouco mais de 20% para o atendimento de sua principal finalidade, a resolução das demandas trabalhistas.

A metodologia adotada pela pesquisa nos permite afirmar que foi alcançado o objetivo proposto inicialmente: verificar se os Tribunais do Trabalho cumprem os limites de gastos com pessoal previstos pela LRF e estudar a evolução da participação das despesas com pessoal sobre a receita corrente líquida.

Constatou-se que todos os Tribunais cumpriram com os limites previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, Tribunais como da 16ª (Maranhão), 17ª (Espírito Santo) e 22ª (Piauí) Regiões, apresentaram limites de gastos com pessoal muito próximo ao limite prudencial. Acaso ou não, no ano de 2009, os três Tribunais mais se aproximaram do limite legal.

Por outro lado, os Tribunais que mais se distanciaram do limite prudencial, foram os Tribunais da 1ª (Rio de Janeiro), 2ª (São Paulo) e 3ª (Minas Gerais) Regiões.

Observou-se também que a maioria dos Tribunais da Justiça do Trabalho deixou de publicar, no mínimo um quadrimestre do Relatório de Gestão Fiscal, a exceção de alguns, que publicaram em todos os anos os três quadrimestres, como o TRT 2ª Região (São Paulo), TRT 3ª Região (Minas Gerais), TRT 6ª Região (Pernambuco), TRT 8ª Região (Pará e Amapá), TRT 11ª Região (Roraima e Amazonas) e o TST.

Em termos gerais, a participação da folha de pagamentos sobre as receitas tiveram um crescimento moderado no período de estudo, em alguns momentos a participação diminuiu e em outros voltou a crescer, não apresentando valores constantes.

Por ser uma legislação recente e por contemplar diversos assuntos, a LRF abre margem para uma variedade de pesquisas. Sugere-se como estudo, uma comparação do perfil dos ativos e inativos com os limites estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, de 05 de maio de 2000.

_____. **Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 20 de outubro de 2000.

_____. **Resolução nº 5, de 16 de agosto de 2005, do Conselho Nacional de Justiça**. Estabelece limites de despesa com pessoal e encargos sociais para os órgãos do Poder Judiciário da União. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 16 de agosto de 2005.

_____. **Resolução nº 26, de 05 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Justiça.** Estabelece novos limites de despesa com pessoal e encargos sociais para os órgãos do Poder Judiciário da União. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 05 de dezembro de 2006.

CA- CONTAS ABERTAS. Disponível em:

<<http://www.contasabertas.com.br/WebSite/Noticias/DetalheNoticias.aspX?Id=185>>. Acesso em: 22 dez. 2012.

MILESKI, Hélio Saul. **O controle da gestão pública.** São Paulo: RT, 2003.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Cartilha sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.**

Disponível em:

<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/lrf/080807_PUB_LRF_Cartilha_port.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2012.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; DEBUS, Ilvo. **Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal.** 1ª Ed. Brasília: ESAF, 2002.

OLIVEIRA, W.; **Lei de Responsabilidade Fiscal, Margem de Expansão e o Processo**

Legislativo Federal. Brasília: ESAF, 2004. 80p. Monografia premiada em 1º Lugar no IX Prêmio Tesouro Nacional -2004, Lei de Responsabilidade Fiscal – Tema Especial. Disponível em:

<http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/IXPremio/lrf/1lrfIXTN/1premio_lrf.pdf>. Acesso: 02 jan. 2013.

QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro *et al.* **Responsabilidade fiscal: pessoal, renúncia de receita, dívida e controle.** Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **5ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais de 2012.** Disponível em:

<http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/MDF5/MDF_5edicao.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2013.

TOLEDO JUNIOR, Flávio C. de; ROSSI, Sérgio Ciquera. **Lei de Responsabilidade Fiscal: comentada artigo por artigo.** 2. ed.rev. e atual. São Paulo: NDJ – Nova Dimensão Jurídica, 2002.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Relatório Geral da Justiça do Trabalho de 2011.** Disponível em: <<http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/handle/1939/24960>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

APÊNDICE A: Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo de Gastos com Pessoal

Tribunais	1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre	Publicação a partir de
1ª Região - RJ	Não publicou nos anos de 2002 a 2005	Não publicou de 2002 a 2006	Não publicou em 2006	2002
2ª Região - SP	Publicou todos os anos	Publicou todos os anos	Publicou todos os anos	2000
3ª Região - MG	Publicou todos os anos	Publicou todos os anos	Publicou todos os anos	2004
4ª Região - RS	Não publicou em 2006	Não publicou em 2006	Publicou todos os anos	2006
5ª Região - BA	Publicou todos os anos	Publicou todos os anos	Não publicou em 2002,2005,2006	2000
6ª Região - PE	Publicou todos os anos	Publicou todos os anos	Publicou todos os anos	2004
7ª Região - CE	Não publicou em 2002	Publicou todos os anos	Não publicou em 2001 e 2007	2000
8ª Região – PA e AP	Publicou todos os anos	Publicou todos os anos	Publicou todos os anos	2009
9ª Região - PR	Não publicou em 2002	Publicou todos os anos	Não publicou em 2001	2000
10ª Região – DF e TO	Não publicou em 2001	Não publicou em 2004	Não publicou em 2004	2001
11ª Região – RR e AM	Publicou todos os anos	Publicou todos os anos	Publicou todos os anos	2009
12ª Região - SC	Publicou todos os anos	Publicou todos os anos	Não publicou em 2000	2000
13ª Região - PB	Não publicou em 2008, 2009 e 2010.	Não publicou em 2008 e 2011	Não publicou em 2011	2008
14ª Região – AC e RO	Publicou todos os anos	Publicou todos os anos	Não publicou em 2011	2010
15ª Região - Campinas	Publicou todos os anos	Não publicou em 2000	Publicou todos os anos	2000
16ª Região - MA	Não publicou em 2005	Não publicou em 2005 e 2006	Não publicou em 2006	2005
17ª Região - ES	Publicou todos os anos	Publicou todos os anos	Não publicou em 2011	2002
18ª Região - GO	Não publicou em 2008 o demonstrativo de despesa com pessoal, mas publicou os outros demonstrativos.	Não publicou em 2008 o demonstrativo de despesa com pessoal, mas publicou os outros demonstrativos.	Não publicou em 2008 o demonstrativo de despesa com pessoal, mas publicou os outros demonstrativos.	2008

19 ^a Região - AL	Publicou todos os anos	Não publicou em 2004 e 2009	Não publicou em 2006	2000
20 ^a Região - SE	Não publicou em 2003	Publicou todos os anos	Publicou todos os anos	2003
21 ^a Região - RN	Não publicou em 2001,2002,2007	Não publicou em 2001,2002	Publicou todos os anos	2001
22 ^a Região - PI	Não publicou em 2008 e 2010	Não publicou em 2006 e 2007	Não publicou em 2011	2004
23 ^a Região - MT	Não publicou em 2010 e 2011	Não publicou em 2010 e 2011	Publicou todos os anos	2010
24 ^a Região - MS	Não publicou em 2008	Publicou todos os anos	Publicou todos os anos	2008
TST	Publicou todos os anos	Publicou em todos os anos	Publicou em todos os anos	2000

Fonte: dados da pesquisa

APÊNDICE B: Participação da Despesa com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida

TRT 1ª REGIÃO - RIO DE JANEIRO		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2002	0,196700	0,354100
2003	0,187061	0,354025
2004	0,187061	0,354025
2005	0,148237	0,353923
2006	Não está disponível no site o 3º quadrimestre	
2007	0,141405	0,311543
2008	0,146082	0,311543
2009	0,164903	0,311543
2010	0,150340	0,311543
2011	0,138000	0,311543

TRT 2ª REGIÃO - SÃO PAULO		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2000	0,200100	0,394200
2001	0,133400	0,394200
2002	0,179560	0,394160
2003	0,169798	0,394160
2004	0,180597	0,394160
2005	0,138572	0,394045
2006	0,165511	0,346861
2007	0,152996	0,346861
2008	0,159955	0,346861
2009	0,177030	0,346861
2010	0,172471	0,346861
2011	0,165806	0,346861

TRT 3ª REGIÃO - MINAS GERAIS		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2004	0,176893	0,361299
2005	0,163767	0,361194
2006	0,171044	0,317944
2007	0,142759	0,317944
2008	0,144745	0,317944
2009	0,156076	0,317944
2010	0,139591	0,317944
2011	0,126197	0,317944

TRT 4ª REGIÃO - RIO GRANDE DO SUL		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2006	0,135385	0,227179
2007	0,111711	0,227179
2008	0,117308	0,227179
2009	0,139549	0,227179
2010	0,124930	0,227179
2011	0,112018	0,227179

TRT 5ª REGIÃO - BAHIA		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2000	0,151700	0,213700
2001	0,122500	0,223500
2002	Não está disponível no site o 3º quadrimestre	
2003	0,109993	0,223536
2004	0,106955	0,223536
2005	Não está disponível no site o 3º quadrimestre	
2006	Não está disponível no site o 3º quadrimestre	
2007	0,088800	0,196712
2008	0,086089	0,196712
2009	0,096279	0,196712
2010	0,091164	0,196712
2011	0,084001	0,196712

TRT 6ª REGIÃO - PERNAMBUCO		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2004	0,079896	0,164760
2005	0,074982	0,164713
2006	0,078405	0,144989
2007	0,070460	0,144989
2008	0,071984	0,144989
2009	0,078821	0,144989
2010	0,069145	0,144989
2011	0,06214	0,144989

TRT 7ª REGIÃO - CEARÁ		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2000	0,062100	0,083000
2001	Não está disponível no site o 3º quadrimestre	
2002	0,038600	0,083000
2003	0,039735	0,083047
2004	0,036738	0,083047

2005	0,033599	0,083023
2006	0,034336	0,073082
2007	Não está disponível no site o 3º quadrimestre	
2008	0,030901	0,073082
2009	0,034570	0,073082
2010	0,032765	0,073082
2011	0,030011	0,073082

TRT 8ª REGIÃO - PARÁ E AMAPÁ		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2009	0,049950	0,096319
2010	0,045333	0,096319
2011	0,040322	0,096319

TRT 9ª REGIÃO - PARANÁ		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2000	0,090500	0,125100
2001	Não está disponível no site o 3º quadrimestre	
2002	0,072900	0,125100
2003	0,080094	0,125100
2004	0,072356	0,125100
2005	0,073931	0,125053
2006	0,079019	0,110078
2007	0,077699	0,110078
2008	0,078842	0,110078
2009	0,089616	0,110078
2010	0,086161	0,110078
2011	0,079824	0,110078

TRT 10ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL E TOCANTINS		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2001	0,056300	0,112700
2002	0,052311	0,112628
2003	0,048212	0,112628
2004	Não está disponível no site o 3º quadrimestre	
2005	0,056760	0,112595
2006	0,055627	0,099113
2007	0,052405	0,099113
2008	0,053912	0,099113
2009	0,057830	0,099113
2010	0,051896	0,099113
2011	0,046451	0,099113

TRT 11ª REGIÃO - RORAIMA E AMAZONAS		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2009	0,047722	0,067431
2010	0,041868	0,067431
2011	0,037150	0,067431

TRT 12ª REGIÃO - SANTA CATARINA		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2000	Não está disponível no site o 3º quadrimestre	
2001	0,083000	0,135100
2002	0,069000	0,135100
2003	0,073100	0,135100
2004	0,066503	0,135056
2005	0,069568	0,135017
2006	0,071033	0,118850
2007	0,072049	0,118850
2008	0,068394	0,118850
2009	0,076577	0,118850
2010	0,067631	0,118850
2011	0,059605	0,118850

TRT 13ª REGIÃO - PARAÍBA		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2008	0,043685	0,064319
2009	0,046836	0,064319
2010	0,041558	0,064319
2011	Não está disponível no site o 3º quadrimestre	

TRT 14ª REGIÃO - ACRE E RONDÔNIA		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2010	0,031881	0,060000
2011	Não está disponível no site o 3º quadrimestre	

TRT 15ª REGIÃO - CAMPINAS-SP		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2000	0,183100	0,236800
2001	0,157900	0,236800
2002	0,127700	0,236800
2003	0,144971	0,236800
2004	0,129770	0,236800
2005	0,126593	0,236740

2006	0,132736	0,208392
2007	0,130862	0,208392
2008	0,132912	0,208392
2009	0,146800	0,208392
2010	0,134806	0,208392
2011	0,126967	0,208392

TRT 16ª REGIÃO - MARANHÃO		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2005	0,015687	0,028440
2006	Não está disponível no site o 3º quadrimestre	
2007	0,018269	0,025035
2008	0,018469	0,025035
2009	0,020721	0,025035
2010	0,020030	0,025035
2011	0,018704	0,025035

TRT 17ª REGIÃO - ESPÍRITO SANTO		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2002	0,028200	0,040700
2003	0,024253	0,040676
2004	0,021849	0,040676
2005	0,024011	0,042805
2006	0,026746	0,035795
2007	0,024259	0,035795
2008	0,025582	0,035795
2009	0,027851	0,035795
2010	0,027173	0,035795
2011	Não está disponível no site o 3º quadrimestre	

TRT 18ª REGIÃO - GOIÁS		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2008	Publicou apenas demonstrativo restos a pagar	
2009	0,036200	0,047196
2010	0,034886	0,047196
2011	0,033120	0,047196

TRT 19ª REGIÃO - ALAGOAS		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2000	0,025100	0,040700

2001	0,021800	0,040800
2002	0,018400	0,040800
2003	0,019896	0,040726
2004	0,018022	0,047260
2005	0,018350	0,040714
2006	Não está disponível no site o 3º quadrimestre	
2007	0,019684	0,035839
2008	0,019693	0,035839
2009	0,021654	0,035839
2010	0,019663	0,035839
2011	0,017945	0,035839

TRT 20ª REGIÃO - SERGIPE		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2003	0,018242	0,029029
2004	0,017034	0,029029
2005	0,017975	0,029020
2006	0,017356	0,025545
2007	0,016069	0,025545
2008	0,016809	0,025545
2009	0,018176	0,025545
2010	0,016366	0,025545
2011	0,014798	0,025545

TRT 21ª REGIÃO - RIO GRANDE DO NORTE		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2001	0,033500	0,041900
2002	0,029862	0,041888
2003	0,028320	0,041888
2004	0,023450	0,041888
2005	0,024158	0,041876
2006	0,024704	0,036862
2007	0,024500	0,036862
2008	0,024099	0,036862
2009	0,026402	0,036862
2010	0,023547	0,036862
2011	0,022123	0,036862

TRT 22ª REGIÃO - PIAUÍ		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2004	0,010468	0,018628
2005	0,012451	0,018622

2006	0,014017	0,016392
2007	0,013815	0,016392
2008	0,014527	0,016392
2009	0,015565	0,016392
2010	0,013824	0,016392
2011	Não está disponível no site o 3º quadrimestre	

TRT 23ª REGIÃO - MATO GROSSO		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2010	0,023651	0,032596
2011	0,022522	0,032596

TRT 24ª REGIÃO - MATO GROSSO DO SUL		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2008	0,022904	0,034962
2009	0,024995	0,034962
2010	0,022459	0,034962
2011	0,020657	0,034962

TST		
ANO	% da Desp. Pessoal sobre a RCL	Limite Prudencial %
2000	0,142100	0,196600
2001	0,074900	0,196600
2002	0,090121	0,196588
2003	0,097485	0,196588
2004	0,090808	0,196588
2005	0,070201	0,196551
2006	0,068813	0,172997
2007	0,075138	0,172997
2008	0,080944	0,172997
2009	0,090365	0,172997
2010	0,079766	0,172997
2011	0,069967	0,172997

ANEXO A: RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

<ENTE DA FEDERAÇÃO>
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
<PERÍODO DE REFERÊNCIA>

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R\$ 1,00

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R\$ 1,00

[illegible]

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

ANEXO B: DEMONSTRATIVO DE GASTO COM PESSOAL

<ENTE DA FEDERAÇÃO> - <IDENTIFICAÇÃO DO PODER>
 <IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO, QUANDO O DEMONSTRATIVO FOR ESPECÍFICO DE UM ÓRGÃO>
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 <PERÍODO DE REFERÊNCIA PADRÃO>

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	<MR- 11>	<MR- 10>	<MR- 9>	<MR- 8>	<MR- 7>	<MR- 6>	<MR- 5>	<MR- 4>	<MR- 3>	<MR- 2>	<MR- 1>	<MR>		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)														
Pessoal Ativo														
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)														
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial														
Despesas de Exercícios Anteriores														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)														
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)														

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh:mm>

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- .a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- .b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

